

## Análise

# “Processo de ensino no país precisa ser repensado”, avalia especialista

Para José Gayoso, do IQE (Instituto Qualidade de Ensino), são raros os casos no Brasil em que se constata uma boa gestão educacional

**Marcelo Costa**  
Editor

Progressivamente, o Ensino Fundamental vem sendo “municipalizado” e o “Ensino Médio” vem sofrendo um processo permanente de “estadualização”, ou seja, passando a tutela da administração estadual. Recursos financeiros (a exemplo do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Valorização dos Profissionais da Educação) têm sido repassados aos Estados e Municípios, justamente obedecendo a uma proporcionalidade da quantidade de alunos existentes em cada rede de ensino.

Toda a manutenção da estrutura física das

escolas, contratação de professores e capacitação dos docentes foi “descentralizada” (conforme preconiza a LDB), cabendo à União o papel de coordenação e apoio das ações empreendidas em nível regional. José Gayoso, Relações Institucionais do Instituto Qualidade de Ensino (IQE), afirma que ao longo dos últimos 17 anos, todo esse cenário não tem apresentado resultados condizentes.

“As proficiências verificadas em Língua Portuguesa e Matemática, através da Prova Brasil, apontam para a necessidade de se repensar como o processo de ensino e aprendizagem acontece

em sala de aula. Paralelamente, o principal indicador da qualidade educacional utilizado pelo Governo para aferição dos avanços obtidos na educação básica – IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – tem sido objeto de muita propaganda e pouca substância”, completou Gayoso.

Segundo ele, são raros os casos em que se constata uma boa gestão educacional, seja em nível estadual ou municipal. Gayoso cita os municípios de Claraval (MG), Taiacu (SP) e Vista Alegre do Prata (RS) como exceções, que já em 2011 alcançaram um IDEB maior que 8 nos anos ini-

ciais do ensino fundamental. “A análise dessas redes de ensino evidencia alguns aspectos, geralmente presentes em uma boa gestão educacional: manutenção dos diretores escolares por períodos prolongados, baixa rotatividade da equipe docente, capacitação continuada e coordenada de gestores/professores, alinhamento administrativo-pedagógico entre os diversos níveis hierárquicos da Secretaria de Educação, aproximação/integração da escola com a comunidade, utilização das avaliações diagnósticas como subsídio do processo de ensino e aprendizagem, além da continuidade dos programas educacionais”,

explicou.

José Gayoso comenta que em outros países, diferente do modelo adotado pelo Brasil, têm sido implantados sistemas educacionais reconhecidamente de qualidade. Em vez de “municipalizar” ou “estadualizar” redes de ensino (o que exige uma estrutura física e

financeira gigantesca), optou-se pela seguinte alternativa: tudo o que se referir à estrutura física/manutenção das escolas fica a cargo do município (localidade); toda a coordenação pedagógica fica sob a responsabilidade do Governo Federal (Ministério da Educação).

## Majoria dos sistemas públicos apresentam números preocupantes nos anos iniciais de ensino

A região Nordeste concentra 54% do total de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever. Os dados constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2013. O analfabetismo entre pessoas com 15 anos de idade ou mais cresceu pela primeira vez no Brasil desde 1992. Na época, 17,2% da população não sabiam ler e este percentual veio caindo até 2011.

Em 2012, a taxa foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13 milhões e 200 mil brasileiros analfabetos. No ano anterior, no entanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios havia registrado 8,6%, 300 mil analfabetos a menos. Contrariando o histórico de queda no país, Nordeste e Centro-Oeste foram as regiões onde o índice aumentou.

José Gayoso lembra que

a maioria dos sistemas públicos de ensino no Brasil apresenta casos preocupantes de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (em alguns casos nos anos finais) que não dominam o sistema alfabético em que a Língua Portuguesa é escrita. Além disso, ele pontua que em geral, alunos oriundos de famílias pouco escolarizadas têm acesso à cultura escrita prioritariamente por meio da educação escolar.

“Essa situação vem se arrastando há décadas, com a modificação de algumas ações de política pública, porém sem resultados significativos. Nas décadas de 1960 e 1970, período da “democratização” da escola pública, as crianças das classes sociais mais baixas enfrentavam muitas dificuldades para aprovação e permanência nas escolas”, afirma.

Gayoso acrescenta que o índice de reprovação já na 1ª série era demasiadamente alto. “Como medida atenuante, observou-se a estruturação contínua do ensino fundamental em ‘ciclos’, o que levou muitos professores à falsa ideia

da ‘aprovação automática’. O tempo estendido para a apreensão da escrita pelas crianças foi, muitas vezes, tomado como um tempo indefinido, sem prazo para apresentação de resultados”, avaliou.

(Marcelo Costa)